

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Ameaças na floresta.....	3
Título: Barril do Brent cai 2,6%, a US\$ 44,82	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	6
Título: Governo vai leiloar área para mineração.....	6
Título: Cemig deve vender mais da metade de sua fatia na Light	7
Título: Eletrobrás deve cortar até 50% do pessoal	9
Título: Usiminas estuda novo aumento de preços do aço	10
Título: Lama de Mariana ainda representa risco a Abrolhos	10
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	11
Título: Gasolina a menos de R\$ 3	11
VEÍCULO: Valor Econômico.....	12
Título: Mil jazidas inativas podem ir a leilão este ano	12
Título: Nova metodologia pode baixar tarifa elétrica, diz ONS.....	14
Título: Nova estratégia de mobilidade com menos carbono	15
Título: Braskem fará investimento nos EUA de R\$ 2,2 bilhões	18
Título: Vale trabalha para garantir a unificação de suas ações.....	20
Título: Minério volta a subir	22
Título: Cemig venderá participação total na Light	23
Título: Moodys vê impacto menor do risco hidrológico neste ano	24
Título: WEG entra no segmento de geração solar e eólica nos Estados Unidos.....	26
Título: Concorrentes tentam barrar venda da Liquigás	27
Título: Curado, ex-Embraer, vai assumir grupo Ultra.....	28
Título: GVO renegocia dívida e agora foca operação.....	29
Título: Copersucar lucrou R\$ 254 milhões na safra	30
Título: Ibovespa fecha estável com Petrobras e reforma	32
Título: NY recua com petróleo	33

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia / colunas****Autor: Miriam Leitão****Título: Ameaças na floresta**

Jamanxim já sofreu os efeitos da política tortuosa do governo Temer em relação ao meio ambiente e à Amazônia. Ao vetar a MP que ele mesmo propôs, reduzindo a área de proteção da floresta, não foram anulados os efeitos que a medida provocou. Nesses meses da tramitação, aumentou a pressão da grilagem na área que mostra o que o país não tem sido capaz de fazer em favor da proteção.

Jamanxim é símbolo, por toda a sua história. Quando a Floresta Nacional foi criada, era para ser a prova de que se consegue fazer uma rodovia sem que imediatamente se instale a lógica da ocupação ilegal e do desmatamento desenfreado pelas suas bordas. Por isso, no governo Lula, os ministros Marina Silva, do Meio Ambiente, e Ciro Gomes, da Integração Nacional, formularam o projeto da BR-163 Sustentável. Da negociação, participaram outros ministérios, como o de Minas e Energia (MME). Foi criada assim, depois dessa negociação interministerial, a Flona de Jamanxim.

Desde o início houve gritaria de que a demarcação havia incluído áreas já ocupadas, e aumentou a pressão dos grileiros. A área foi sendo desmatada como forma de criar o fato consumado que levasse à mudança dos limites da Floresta. O governo Dilma preparou a proposta de desafetação, ou seja, de revisão do tamanho da reserva. O lobby sobre o governo Dilma cresceu quando ela fez outras desafetações para facilitar os projetos de hidrelétricas. No governo Temer a pressão continuou. O ministro Eliseu Padilha, grande defensor da MP, me disse, na época da proposta enviada ao Congresso, que era apenas uma mudança de nomes, deixava de ser Floresta para ser Área de Proteção Ambiental, como se fosse a mesma coisa. Não é. A APA convive com pecuária, por exemplo, a maior fonte de desmatamento da Amazônia. Na época, Beto Veríssimo, do Imazon, me disse que o governo estava "brincando com o tema em hora decisiva".

De fato. Enquanto tramitava, o desmatamento cresceu por causa da lógica da destruição. Quando o governo dá sinal de que vai recuar, os grileiros empurram mais para frente. A ocupação de terra pública cresceu.

Mesmo vetando, o assunto continuará em pauta — e a destruição vai continuar — porque pode tramitar um projeto de lei sobre o mesmo assunto. Nessa área há também enorme interesse da mineração, como foi registrado até em documento do Ministério das Minas e Energia. O MME defendeu que a mudança

poderia afetar os investimentos da Brazauro Recursos Minerais, subsidiária da empresa canadense Eldorado Gold, de exploração de ouro.

As MPs que afetavam Jamanxim tiveram oposição do MME sob alegação de que "não houve discussão com a sociedade" como em outras definições de Unidades de Conservação, e por isso os seus termos poderiam ferir interesses da mineração em áreas já negociadas para a atividade. "Saliente-se que são inúmeros os processos de requerimento de lavra garimpeira e de permissão de lavra garimpeira que, se impedidos de prosseguirem, poderão aumentar o grau de informalidade da atividade, os conflitos sociais e o extravio da produção nacional de ouro, gerando perda de divisas da sociedade", diz um documento do Ministério das Minas e Energia de março de 2017.

No documento, o MME diz que antes de criar Jamanxim foram discutidos amplamente todos os impactos econômicos e foi autorizada a manutenção da mineração anterior à definição dos limites da área de conservação. "Este é o caso da Flona Jamanxim que no seu Decreto de criação permitiu a atividade minerária na área em que seus limites se superpunham à Reserva Garimpeira do Tapajós, criada em 1983."

Enfim, a maneira açodada com que o governo Temer atendeu ao lobby dos grileiros acabou criando um conflito interno porque isso traria dificuldade extra para a mineração permitida em região próxima à Flona. É que para fazer de conta que não estava diminuindo Floresta Nacional, o governo ampliou outra área, o Parque Nacional do Rio Novo.

Mexeu em tema delicado, de maneira atabalhoada, e expôs a floresta a riscos. Jamanxim já perdeu áreas por causa dessa MP agora vetada. E o veto foi também para evitar vexame na Noruega, que Temer vai visitar, e que é o maior doador do Fundo Amazônia. O ideal seria que essa MP jamais tivesse existido. Até porque os danos ainda não cessaram.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Rennan Setti

Título: Barril do Brent cai 2,6%, a US\$ 44,82

Temor de excesso de oferta de petróleo impede alta da Bolsa. Dólar vai a R\$ 3,33.

A forte queda do petróleo ontem afetou as ações da Petrobras, o que acabou levando a Bolsa brasileira a fechar estável. O barril do tipo Brent, negociado em Londres, chegou a cair até 3,5%, com a percepção de que o excesso de oferta no mercado global não deve acabar tão cedo. A commodity acabou encerrando em

queda de 2,6%, a US\$ 44,82. Desde novembro o barril não ficava abaixo dos US\$ 45. Já o WTI, negociado em Nova York, caiu 2,3%, a US\$ 42,53, a menor cotação em dez meses. O Ibo-vespa encerrou aos 60.761 pontos, enquanto o dólar comercial subiu apenas 0,06%, a R\$ 3,333.

Pela manhã, dados oficiais mostraram queda maior que a prevista nos estoques de petróleo dos EUA, mas a animação não durou muito. Segundo a Agência de Informação de Energia, as reservas do país recuaram em 2,5 milhões de barris na semana encerrada em 16 de junho, enquanto previa-se uma baixa na casa de 2 milhões de barris. — O Ibovespa ficou no meio do tiroteio entre a alta da Vale e a queda da Petrobras, encerrando no meio termo — disse Raphael Figueredo, da Clear Corretora.

— Boa parte do pessimismo que influenciou nossa Bolsa ao longo da tarde está mais ligada ao petróleo, que está conduzindo o mau humor no mercado americano. Mas Vale evitou a queda. Uma parte da explicação é o minério de ferro, que vem subindo. Mas também é relevante a entrada da China no índice de emergentes do MSCI. Foi um passo importante para os mercados emergentes como um todo, e isso acaba puxa a ação da Vale e de outras mineradoras.

VALE AVANÇA COM CHINA

As ações da Vale deram a maior contribuição positiva para o Ibo-vespa, avançando 2,96% (ON, a R\$ 26,47) e 3,49% (PNA, por R\$ 24,90), após pregão positivo dos papéis chineses, principal mercado consumidor dos seus produtos, e com a sexta valorização consecutiva do minério de ferro no mercado internacional. A commodity subiu 0,66%.

A Petrobras, que subia no fim da manhã, passou a cair com força com a desvalorização do petróleo. O papel ON recuou 1,77% (R\$ 12,78), enquanto o PN caiu 1,85% (R\$ 11,64).

Na China, o principal índice de ações da Bolsa de Xangai fechou no maior patamar em um ano e meio, com alta de 0,52%, refletindo a decisão do índice de mercados emergentes do MSCI de incluir algumas grandes empresas chinesas. O MSCI é um dos principais índices de referência para investidores institucionais do mundo.

Já o índice CSI300, que reúne as maiores companhias listadas em Xangai e Shenzhen, avançou 1,17%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth****Título: Governo vai leiloar área para mineração**

Primeira fase de licitações virtuais deve acontecer até dezembro, com cerca de mil locais, principalmente no Pará, Mato Grosso e Amapá.

O governo vai leiloar áreas para prospecção mineral. As licitações serão virtuais, por meio do site da Receita Federal. Cerca de 20 mil áreas já podem ficar disponíveis para pesquisa e lavra mineral. O primeiro leilão deve ocorrer até dezembro, disse o secretário de Geologia e Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Vicente Lôbo.

Nessa primeira licitação devem ser ofertadas cerca de mil áreas, majoritariamente localizadas no sudeste do Pará, norte de Mato Grosso e sudeste do Amapá. Nesses locais, há indícios de reservas de minerais metálicos, como minério de ferro, cobre, níquel e zinco; não metálicos, como fósforo e potássio; e lítio. Os editais devem ficar disponíveis por 120 dias para análise dos interessados.

Vencerá a disputa quem oferecer o melhor lance. Quem arrematar áreas terá o direito de apresentar, em determinado prazo, o requerimento de título minerário. Na fase de pesquisa, as áreas terão valor mínimo predefinido. Na fase de lavra, as que possuem maior conhecimento acumulado vão passar por avaliação prévia. Segundo Lôbo, o principal objetivo dos leilões não é arrecadatório, mas sim facilitar a exploração mineral e evitar a especulação paralela.

Pelo modelo atual, as áreas disponíveis eram ofertadas por meio de publicações no Diário Oficial, com procedimentos específicos para cada uma, sem dados geológicos. Essas propostas eram analisadas por comissões técnicas do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em um procedimento considerado pouco transparente e muito subjetivo. As autorizações eram concedidas por ordem de chegada. Devido à burocracia, áreas de grande potencial exploratório ficavam na mão de empresas que, muitas vezes, não tinham interesse ou recursos para explorá-las imediatamente. Isso gerava uma grande especulação sobre esses títulos. Agora, a ideia é selecionar as áreas mais competitivas e ofertá-las em licitação.

Entre 2008 e 2016, 65.199 áreas foram colocadas em disponibilidade. Desse total, 4.410 (6,7%) foram consideradas prioritárias. Porém, ainda restavam milhares de propostas a serem analisadas. Segundo o diretor-geral do DNPM, Victor Hugo Froner Bicca, o órgão levaria dez anos para analisar todos os processos por esse

modelo. No primeiro lote, o governo não vai incluir nenhuma área que tenha impeditivos legais à atividade minerária. Dos 20.896 processos disponíveis, 813 estão nessas condições. Em 353 delas há restrições legais, como reservas indígenas e parques nacionais. Em 460 há florestas nacionais ou estaduais, sobre as quais há impedimentos jurídicos para a mineração.

"Temos visto campanha mui-to forte contra o desmatamento. Nesse momento, colocar em leilão eletrônico áreas que têm esse impeditivo não ficaria bem. Não queremos provocar a sociedade", disse a diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração do MME, Maria José Gazzi Salum.

Porém, haverá oferta de áreas que possuam algum tipo de restrição à exploração. Entre elas, estão locais a menos de 10 quilômetros de terras indígenas ou quilombolas, onde é preciso realizar estudos ambientais e consultar as populações atingidas por meio de oitivas. Também há restrições ao capital estrangeiro em áreas próximas às fronteiras. Além disso, há condições específicas para mineração em áreas de proteção ambiental.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Reuters

Título: Cemig deve vender mais da metade de sua fatia na Light

A Cemig vai vender no mercado 11% da participação direta de 26% que detém no capital da Light, o que aconteceria em até 60 dias.

A elétrica mineira Cemig pretende vender mais da metade de sua fatia de 52 por cento na distribuidora e geradora Light, no que seria mais um movimento de um plano de vendas de ativos da companhia para reduzir sua enorme dívida, disse à Reuters nesta quinta-feira uma fonte com conhecimento direto do assunto.

De acordo com a fonte, a Cemig vai vender no mercado 11 por cento da participação direta de 26 por cento que detém no capital da Light, o que aconteceria em até 60 dias.

A Cemig ainda manteria menos de um terço da fatia de 26 por cento que detém indiretamente na Light, colocando o resto à venda, disse a fonte, sob a condição de anonimato.

Assumindo que a Cemig mantenha não mais de 25 por cento na Light e que a operação seja fechada a um preço de 25 reais por ação, o negócio poderia levantar cerca de 1,4 bilhão de reais para a Cemig, disse a fonte.

As ações da Light são negociadas nesta quinta-feira a cerca de 21,92 reais, ou cerca de 13,2 vezes os lucros estimados para este ano, segundo cálculos da Thomson Reuters.

As ações da Cemig operavam em alta de 2,9 por cento às 15:04, enquanto as da Light caíam 1,3 por cento no mesmo horário e o Ibovespa recuava 0,8 por cento.

Com o movimento, a Cemig encerraria um acordo de acionistas pelo qual controla a Light e daria o primeiro passo para transformar a Light em uma companhia com controle pulverizado, disse a fonte. Atualmente, o bloco de controle da Light inclui Cemig, Andrade Gutierrez e os veículos de investimento Luce Participações e RME Rio Minas Energia.

A Cemig tem buscado sair de alguns segmentos de negócio e focar em suas atividades principais no setor elétrico para recuperar a capacidade de investimento.

As dívidas da elétrica praticamente triplicaram desde 2012, após uma série de aquisições que falharam em alcançar os retornos esperados e após o governo federal renegociar alguns de seus contratos de concessão no mesmo ano.

Procurada, a Light disse que não iria comentar. A Cemig Light não comentou imediatamente. Esforços para falar com representantes do governo mineiro não tiveram sucesso até o momento.

A decisão da Cemig vem menos de uma semana após a Reuters publicar que a companhia está trabalhando em um plano para vender uma fatia majoritária nas suas subsidiárias de geração e transmissão, Cemig GT, e distribuição, Cemig-D.

O objetivo seria listá-las nas bolsas de São Paulo e Nova York neste ano.

Os recursos com a venda das ações da Cemig na Light seriam utilizados para reduzir a dívida de 13,7 bilhões de reais da elétrica mineira, disse a fonte.

Bancos incluindo BTG Pactual, JPMorgan, Santander Brasil e Citigroup estão em conversas para assessorar a transação, que deve ser concluída até o final de junho, disse a fonte.

Os bancos de investimento do Banco do Brasil e do Itaú Unibanco também estão participando das conversas, disse a fonte.

Os bancos não comentaram imediatamente.

A decisão do governo mineiro, controlador da Cemig, de deixar parcialmente a Light e listar Cemig GT e Cemig-D, soma-se a uma onda de fusões e aquisições vista no setor elétrico do Brasil no último ano.

O maior negócio foi a compra do controle da CPFL Energia pela chinesa State Grid no ano passado.

A Cemig segue ativa nessas transações, buscando se livrar de ativos que considera não essenciais ou muito problemáticos, ao mesmo tempo em que busca sócios para controladas fortemente endividadas, como a Renova Energia, de geração renovável.

A Reuters publicou no início do mês que uma unidade da canadense Brookfield está próxima de comprar uma fatia de 30 por cento na Renova.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Reuters

Título: Eletrobrás deve cortar até 50% do pessoal

A Eletrobrás, uma das maiores empresas de energia elétrica da América Latina, deverá cortar quase 50% de seu quadro de pessoal durante o processo de reestruturação da empresa, disse ontem o presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr.

A companhia de energia está em crise desde o fim de 2012, sob impacto de um pacote de medidas do governo federal para reduzir as tarifas de eletricidade. Ferreira afirmou que a estatal tem trabalhado em um plano de reestruturação que envolve a redução de investimentos, vendas de ativos e imóveis administrativos e fortes cortes nas despesas.

"Tem saída para o Grupo Eletrobrás, o que não parecia no começo... Ao final desse processo, a companhia deverá ter uma redução de quase 50% do seu quadro de funcionários", disse Ferreira, que assumiu a presidência da estatal em julho do ano passado.

Em maio, a companhia lançou um Plano de Aposentadoria Extraordinária, como parte da reestruturação. Pelos estudos feitos até agora, cerca de 35% do pessoal da estatal teria idade para se aposentar. Com o plano de aposentadoria e o Programa de Demissão Voluntária (PDV), que pode resultar no corte de 2,4 mil pessoas, a diretoria da Eletrobrás espera reduzir de 23 mil para 12 mil o número de funcionários - isso inclui a privatização das distribuidoras, que têm 6 mil funcionários. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia / colunas****Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães****Título: Usiminas estuda novo aumento de preços do aço**

A Usiminas deu início a estudos para aplicar um novo aumento de preços do aço no início de julho. A leitura é de que, se for mantido o movimento de melhora do preço da China, que responde por mais da metade da produção de aço no mundo, um espaço para um reajuste se abrirá, o que ajudará os resultados da siderúrgica mineira de forma imediata. Um aumento dado como provável seria na casa dos 5%. A eventual elevação pode ocorrer justamente em um momento em que a empresa busca melhorar a sua geração de caixa. No início do ano, uma alta de cerca de 8% no preço do aço já foi implementada. Procurada, a siderúrgica mineira confirmou que avalia a evolução do mercado para um "eventual aumento de preço em laminados a quente".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Metrópole****Autor: André Broges****Título: Lama de Mariana ainda representa risco a Abrolhos**

Estudos realizados por um grupo de especialistas do Rio e do Espírito Santo – de Uerj, Furg e Ufes – apontam que o monitoramento dos rejeitos de mineração que vazaram com o rompimento da barragem da Samarco – maior tragédia ambiental do País, em novembro de 2015 – precisa ser aprimorado.

Os estudiosos afirmam que, no momento, o fluxo da lama, que se concentra no fundo do mar, segue na direção norte do litoral e ainda representa uma forte ameaça à saúde ambiental do banco de Abrolhos, a maior formação de recifes de coral do Atlântico Sul.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que coordena o comitê interinstitucional criado na época do desastre para acompanhar as medidas de proteção ao meio ambiente, vai repassar os dados aos demais membros do grupo, entre eles Ibama, Agência Nacional de Águas, Anvisa e Instituto Estadual do Meio Ambiente do Espírito Santo, e articular novas ações.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Andressa Paulino****Título: Gasolina a menos de R\$ 3**

A disputa de preços entre os postos de combustíveis está sendo vantajosa para o consumidor. O litro da gasolina já é vendido a menos de R\$ 3 em alguns estabelecimentos de Taguatinga. Em um posto próximo à Feira dos Goianos é possível encontrar o combustível por R\$ 2,99. Mas é preciso atenção. O benefício só faz diferença no bolso do brasiliense se ele estiver disposto a pesquisar. Além disso, é preciso ficar atento à qualidade do produto.

Segundo levantamento realizado pelo Correio, a diferença de preços em postos do Pistão Sul pode chegar a R\$ 0,20 por litro. Enquanto estabelecimentos da Petrobras estão com valores entre R\$ 3,09 e R\$ 3,15, os postos da bandeira Ipiranga mantêm o preço em R\$ 3,29 por litro. Apesar de parecer pequena, a economia faz a diferença, no fim das contas. A cada 50 litros comprados, o motorista poupa R\$ 10.

Consumidores comemoram a queda, mas ainda criticam os preços cobrados nas bombas. “Apesar de a gasolina ter tido uma redução vantajosa, pelo valor que pagamos de impostos ela deveria estar pela metade do preço”, afirmou o policial militar Jaziel Lourenço, 64 anos.

Para Lourenço, com a tributação elevada, o jeito de economizar na compra de combustível foi adotar o pagamento à vista ou pelo cartão de débito. “Com a crise, eu me desfiz de todos os cartões de crédito. Agora, pago sempre no débito ou em dinheiro. Além de economizar em estabelecimentos que dão descontos para pagamento à vista, eu me livro dos juros elevados do cartão de crédito”, disse.

Jeane Ferreira, 32 anos, que está desempregada, disse esperar que os valores caiam ainda mais. “O preço está ficando bom. Tivemos uma época em que só víamos a gasolina aumentar. Por isso, espero que esse seja o momento em que realmente os custos estejam caindo. Tomara que continue assim e que tenhamos mais diminuições futuramente”, afirmou.

Com a renda familiar reduzida devido ao desemprego, Jeane adotou métodos próprios para economizar na compra de combustível. “Como moro no entorno do DF, tento marcar compromissos no mesmo dia para economizar gasolina. Nos dias em que estou pela cidade aproveito e faço pesquisas de preços para abastecer mais barato”, contou.

Cautela

Um dos motivos da diminuição dos preços, segundo analistas, é o elevado volume dos estoques de combustíveis. Como a demanda fraca, a solução encontrada por postos e distribuidoras foi a redução da margem de lucro para não ficarem com mercadoria encalhada. Mas o consumidor precisa ficar atento. Preços baixos demais podem significar combustível adulterado. Portanto, pesquisar o histórico do estabelecimento pode evitar problemas mais sérios com o veículo no futuro.

* Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor:

Título: Mil jazidas inativas podem ir a leilão este ano

O governo fechou um novo modelo para a oferta ao setor privado de jazidas sem nenhuma atividade exploratória que foram retomadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e pretende licitar em torno de mil áreas no fim deste ano.

Esse pacote deve ser dividido em cinco grupos diferentes: minerais metálicos (cobre, zinco, chumbo e níquel), preciosos (ouro e diamante), ferrosos (minério de ferro), não ferrosos (fosfato e potássio) e agregados de construção (areia, argila, brita e gesso).

O DNPM, autarquia responsável pela regulação e fiscalização do setor, dispõe hoje de 21,4 mil áreas cuja exploração não foi levada adiante. Essas jazidas ficaram disponíveis por problemas como requerimentos de pesquisa negados, perda de prazo e descumprimento de exigências pelas empresas que haviam obtido o direito inicial de prospecção.

Pelo modelo vigente até hoje, quando uma área volta para a carteira do DNPM, o direito minerário é oferecido novamente ao mercado em uma concorrência que tem a apresentação de propostas técnicas como único critério para a definição do vencedor.

É exatamente aí que começa o tortuoso caminho para a retomada dos investimentos nas jazidas, com a lentidão da máquina pública e o excesso de subjetividade nos procedimentos atuais, segundo funcionários do governo.

As propostas são julgadas por uma comissão de três servidores em cada superintendência regional do DNPM, que não têm prazo para concluir o processo.

"Não temos braços suficientes para isso", resume o diretor-geral da autarquia, Victor Bicca. Ele afirma que existem mais de oito mil áreas com propostas recebidas, mas sem análise final por parte dos técnicos. "Algumas estão pendentes há uma década. Se constituíssemos dez comissões, com 30 profissionais e levando dois dias para deliberar sobre cada processo, levaríamos de oito a dez anos para limpar o passivo."

Para Bicca, como a definição de quem assume essas jazidas se baseia exclusivamente em uma nota para as propostas técnicas, também abre-se grande margem de subjetividade no processo. "Às vezes não se chega a um consenso dentro da própria comissão."

O secretário de geologia e mineração do Ministério de Minas e Energia, Vicente Lôbo, tratou da elaboração de novas regras como um dos pilares da política mineral para destravar investimentos em pesquisa. "Esse imenso banco de áreas inativas não gera receita, nem emprego. Na medida em que houver transparência e velocidade nas decisões, vamos fomentar o investimento", completou o secretário, que apresentou ontem a nova modelagem para representantes do setor privado.

Agora, quando houver jazidas em disponibilidade, uma concorrência por meio de pregão eletrônico será realizada no site da Receita Federal. Interessados vão ter 120 dias para apresentar oferta. O critério passa a ser bem objetivo: vence o certame quem oferecer o maior pagamento financeiro. Em um período de até 30 dias após a disputa, o vencedor deverá depositar a outorga e apresentar um requerimento de pesquisa ao DNPM, que emite então um novo direito minerário e libera a retomada das atividades.

Lôbo afirma que o ministério planeja uma primeira oferta de áreas em disponibilidade ainda neste ano, provavelmente entre novembro e dezembro, já pelas novas regras. "A ideia é ir testando e ajustando a modelagem."

O DNPM e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), responsável pelo serviço geológico brasileiro, passaram um pente-fino nas 21,4 mil áreas do estoque. Jazidas em faixa de fronteira, terras indígenas, unidades de conservação ou com problemas fundiários já foram eliminadas.

Para cada uma das áreas que serão oferecidas ao mercado, a CPRM fez uma ficha técnica com dados abertos para qualquer interessado - como projetos aerogeofísicos existentes, dados geológicos, magnetometria. "A grande vantagem é sairmos de um modelo altamente subjetivo para outro com total transparência", comenta o presidente do serviço geológico, Eduardo Jorge Ledsham, ressaltando o caráter inédito do trabalho.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Nova metodologia pode baixar tarifa elétrica, diz ONS**

A implementação do mecanismo de resposta pela demanda no setor elétrico brasileiro pode causar a redução de custos de energia para todos os consumidores do país, devido à possibilidade do despacho de menos termelétricas para compensar fontes intermitentes, como eólica e solar fotovoltaica, disse Luiz Eduardo Barata, diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Barata participou de workshop promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para discutir a questão. O mecanismo consiste em incentivar grandes consumidores a reduzir a demanda em determinados horários (de pico de carga ou de menor geração de eólicas), mediante o pagamento de um incentivo financeiro, na forma de uma receita.

No passado, a implementação do mecanismo chegou a ser vista com receio pelo setor, que temia que fosse um tipo de "acionamento". A experiência dos grandes consumidores de energia do país com mecanismos semelhantes no exterior, no entanto, mostrou que se trata de uma forma de otimização da operação do sistema.

Segundo Barata, haverá o pagamento de uma receita fixa, para que o consumidor fique disponível para atender eventuais chamados do ONS, e uma receita variável, que será paga quando o consumidor efetivamente reduzir seu consumo. A receita variável será proporcional à redução de consumo e ao seu tempo de duração.

Essa receita deve ser paga pelos encargos, que são financiados por todos os consumidores por meio da tarifa. Ao mesmo tempo, o mecanismo vai aumentar a confiabilidade do sistema, ao permitir que o ONS ajuste a programação diária do sistema para reagir à eventuais reduções da geração por fontes intermitentes, como é o caso das eólicas no Nordeste.

A geração das termelétricas por segurança energética também é paga por meio dos encargos. A ideia é que a receita paga aos consumidores pelo mecanismo da resposta da demanda seja menor que o custo do despacho das termelétricas, gerando algum tipo de economia para os consumidores - além do benefício da maior confiabilidade do sistema.

"Quando temos que gerar mais térmicas, porque houve redução das eólicas, a geração é paga por encargos energéticos por todo o Brasil. Esse cálculo será um fator determinante para o mecanismo, se o custo da energia aumentar não vai valer a pena", disse Barata.

O projeto-piloto do mecanismo deve entrar em operação no segundo semestre do ano, com duração de 12 meses a 18 meses. Ainda não haverá reflexo na formação de preço de energia, uma vez que será um processo diário, e o cálculo dos preços é feito semanalmente.

A ideia do ONS é passar a incorporar o mecanismo na formação de preço quando houver preço horário ou diário. "Talvez em 2019 já tenhamos preço horário de energia, e o piloto já deverá ser transformado em um programa definitivo. Se partirmos para isso, poderemos incorporar o mecanismo na formação de preço", disse Barata.

Segundo ele, as conversas estão sendo lideradas pela Abrace, associação que representa os grandes consumidores de energia. "Braskem, Vale, eles têm trazido a experiência que têm no exterior, já praticam isso há mais de dez anos. Não temos dúvida de que será um projeto bem-sucedido", disse. A Abrace estima que o projeto-piloto já pode atingir uma demanda um pouco inferior a 1.000 MW de potência, com base no mapeamento feito com seus associados.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sorteou ontem o diretor José Jurhosa como relator da audiência pública que vai fazer a regulação provisória do projeto-piloto. Segundo Barata, o projeto pode ser iniciado em setembro.

A adesão dos consumidores mapeados pela Abrace deve ser imediata. "Os grandes consumidores já têm estudos feitos, já sabem quando podem oferecer num produto 'intraday'. Hoje são poucos os que têm a informação detalhada, por isso é importante o projeto-piloto, para que outros consumidores venham a aderir no futuro", afirmou o diretor-geral do ONS.

O foco do projeto é o Nordeste, onde o problema da hidrologia é mais severo e o consumo depende mais da fonte eólica. Ainda assim, não haverá restrição a adesões em outros submercados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Curtas

Autor: Stefan Ketter

Título: Nova estratégia de mobilidade com menos carbono

O Brasil é reconhecido internacionalmente como um caso de sucesso pela participação de recursos renováveis em sua matriz energética. As fontes renováveis respondem por cerca de 40% da matriz nacional, com destaque para a bioenergia produzida a partir da cana-de-açúcar, que representa notáveis 16% da energia gerada no país, considerando-se o etanol e a energia térmica e elétrica gerada a partir da biomassa. Esta é uma vantagem comparativa que o Brasil tem a contabilizar no conjunto das quase duas centenas de nações que estabeleceram na 21ª Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas (CoP 21) um pacto que representa enorme desafio de conter o aquecimento global. Também representa a resposta brasileira ao propósito de descarbonizar gradativamente a mobilidade.

A cadeia agroindustrial do etanol e o setor automobilístico acumularam ao longo de quatro décadas valiosa experiência no emprego do biocombustível na movimentação da frota nacional. Em 2016, dos cerca de 2 milhões de automóveis e comerciais leves licenciados no Brasil, 1,75 milhão saíram de fábrica equipados com motores flex, podendo empregar álcool ou gasolina simultaneamente. Isto representa 85% da comercialização de modelos novos. Também em 2016, o Brasil produziu cerca de 28 bilhões de litros de etanol.

As vantagens ambientais por trás destes números são muito relevantes, considerando-se que, em seu ciclo de desenvolvimento vegetal, a cana-de-açúcar absorve grande parte do CO₂ que é liberado pela combustão do etanol dela derivado.

O patrimônio representado pelo acúmulo tecnológico alcançado no campo da bioenergia deve ser encarado não como uma missão cumprida, mas como o ponto de apoio para um grande salto qualitativo que o país precisa dar em direção às metas com as quais se comprometeu no âmbito da CoP 21. Por isto, os clusters automotivo e sucroenergético estão articulando esforços em escala inédita, em busca de níveis mais elevados de tecnologia e gestão, para dar resposta às exigências de uma matriz de transportes mais limpa e sustentável.

Dois programas abrangentes - RenovaBio e Rota 2030 - estão tomando forma de modo articulado e planejado. De um lado, há um esforço para reordenar o mercado nacional de combustíveis, com ênfase nos biocombustíveis. De outro lado, está sendo discutido um novo regime automotivo com metas de longo prazo para eficiência energética, segurança veicular, pesquisa e desenvolvimento em engenharia, além de recuperação e adensamento da cadeia produtiva.

O programa RenovaBio busca organizar a oferta de biocombustíveis, de modo a superar as oscilações de política de preços e de volumes que caracterizaram os últimos anos. Como consequências práticas, o programa deve resultar na expansão da produção nacional dos atuais 28 bilhões de litros de etanol para um

volume anual na faixa de 50 bilhões de litros em 2030, além de estratégias de preços e de estoques reguladores para assegurar o atendimento à demanda. Ao estabelecer diretrizes de longo prazo, o RenovaBio também estimulará a adoção de novas tecnologias com ganho de eficiência na produção dos biocombustíveis e desenvolvimento de novas alternativas, como etanol de segunda geração, do biometano, além do bioquerosene ou biocombustível para aviação.

Estuda-se reordenar o mercado com ênfase nos biocombustíveis e novo regime automotivo com metas para eficiência

A previsibilidade de oferta e preço relativo dos biocombustíveis é uma base essencial para os investimentos em ganho de eficiência energética dos veículos produzidos no Brasil. Recentemente a indústria automotiva apresentou às autoridades brasileiras uma visão estruturada de política industrial setorial, sintetizada em plano denominado "Agenda Automotiva Brasil", contendo uma visão sobre os pilares necessários para um desenvolvimento sustentável de longo prazo, com ênfase para a eficiência energética. Esta agenda é um elemento para a construção conjunta do programa Rota 2030, que sucederá o Inovar-Auto e estabelecerá os grandes parâmetros para o setor até 2030.

Desde a ótica da indústria automotiva, a articulação entre os dois programas deve começar pela revisão das especificações dos combustíveis automotivos, estabelecendo padrões para teor de água no etanol, nível de mistura de etanol na gasolina, definição de octanagem da gasolina tipo C, características do biometano, e outros padrões técnicos indispensáveis para a otimização do uso dos energéticos disponíveis. Com base neste primeiro passo, é possível avançar em tecnologias que aumentem a eficiência dos motores e veículos no uso do etanol como combustível.

Os ganhos de eficiência energética e a utilização crescente de biocombustíveis têm impacto positivo e direto sobre a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), sobretudo quando se avalia o ciclo ao longo de toda cadeia de produção e de uso do etanol e outros biocombustíveis - ou do campo à roda, conforme a expressão que adotamos para denominar o ciclo produtivo.

A convergência de políticas públicas e de esforços privados em eficiência energética de veículos e motores e na oferta de mais e melhores biocombustíveis pode acelerar a implantação de tecnologias inovadoras e mais limpas, potencializando as vantagens comparativas do Brasil em agroenergia e contribuindo de modo decisivo para que o país alcance ou mesmo supere os compromissos assumidos no âmbito da CoP 21.

Trata-se de uma via tecnológica natural para o Brasil frente a outras opções de mobilidade com menos carbono, considerando-se que esta é uma tecnologia

dominada, comercialmente viável, logisticamente factível e ambientalmente eficiente. Aumentar a produção e participação do etanol na matriz energética brasileira permitirá ao país equiparar-se ou mesmo superar a legislação de emissões europeia e americana, que são as mais rigorosas do mundo.

Assim, além de garantir a segurança energética de forma sustentável, o emprego da agroenergia em mais larga escala se concretiza em benefícios ambientais, que são cada vez mais valorizados e requeridos pelos consumidores e por toda a sociedade.

Stefan Ketter é presidente da Fiat Chrysler Automobiles (FCA) para a América Latina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Braskem fará investimento nos EUA de R\$ 2,2 bilhões

Maior fabricante de resinas termoplásticas das Américas, a Braskem retomou seus planos de expansão e dará mais um passo dentro da estratégia de internacionalização das operações. Com o aval do conselho de administração, a petroquímica da Odebrecht investirá até US\$ 675 milhões (cerca de R\$ 2,2 bilhões) em uma nova fábrica de polipropileno nos Estados Unidos, onde já é a principal produtora desse tipo de plástico.

Todo o investimento, que será executado ao longo de três anos, será custeado pelo balanço da companhia, numa combinação entre caixa e dívida ainda a ser definida. "É um investimento relevante, mas absolutamente compatível com a capacidade financeira da Braskem", disse ao **Valor** o presidente da petroquímica, Fernando Musa. Nos últimos trimestres, a companhia registrou resultados recordes, que devem ser impulsionados neste ano com a plena operação do complexo petroquímico do México, e sua alavancagem financeira estava em nível bastante confortável - 1,57 vez (dívida líquida/Ebitda) em dólar, ou 1,52 vez em reais.

O novo projeto, conforme Musa, não impedirá a Braskem de seguir em busca de outras oportunidades de investimento, no Brasil e no exterior. "Vamos seguir olhando alternativas e monitorando oportunidades", diz.

A retomada do plano de crescimento, cujo capítulo mais recente foi a inauguração do complexo petroquímico do México, indica que a Operação Lava-Jato - que a obrigou a pagar multa de R\$ 3,1 bilhões no acordo de leniência - é página virada dentro da companhia. A possibilidade de implantar uma nova

fábrica de PP em território americano estava em estudo desde 2015 e é estratégica por causa da oferta de matéria-prima (propeno) a custo competitivo e do crescimento contínuo da demanda. No ano passado, contudo, além do foco na inauguração do México, a Braskem viu-se envolvida na Lava-Jato.

Com o encerramento desse capítulo em dezembro, após assinar o acordo de leniência com as autoridades, a petroquímica pode voltar a pensar em crescer. "A aprovação do projeto é um marco importante da confiança dos acionistas [os maiores acionistas são Odebrecht e Petrobras] na capacidade de execução da Braskem", diz Musa.

Companhia passará a ter capacidade da ordem de 2 milhões de toneladas de polipropileno/ano em três estados americanos

Essa será a sexta fábrica da companhia brasileira nos Estados Unidos, que também conta com uma linha de produção de polietileno de ultra-alto peso molecular, com tecnologia UTEC. No país, a Braskem pode produzir quase 1,5 milhão de toneladas por ano de polipropileno, a partir de cinco fábricas instaladas na Pensilvânia, Virgínia Ocidental e Texas. A nova unidade elevará em cerca de 30% a capacidade produtiva e, considerando-se um desgargalamento recente em uma das linhas, a produção nas unidades americanas chegará a mais de 2 milhões de toneladas por ano.

A nova fábrica terá escala global, com produção de 450 mil toneladas por ano de PP, e será construída no complexo industrial de La Porte, no Texas. Nesse complexo, a petroquímica já produz 354 mil toneladas por ano da resina e conta com infraestrutura para recebimento de matéria-prima e utilidades, com malha ferroviária, instalações de tratamento de resíduos, entre outras sinergias. As obras devem ser iniciadas nos próximos meses, com encerramento no primeiro trimestre de 2020.

A produção do primeiro lote comercial de PP deve ocorrer no segundo trimestre daquele ano. A unidade fabril, conforme Musa, atenderá à demanda local e dará alguma flexibilidade à Braskem para também exportar resina dos Estados Unidos para outros mercados. Atualmente, as linhas da companhia trabalham praticamente tomadas e a petroquímica exporta com regularidade volumes de suas unidades brasileiras para conseguir atender seus clientes americanos.

De acordo com o executivo, o fornecimento de matéria-prima está assegurado - hoje a companhia já conta com cinco contratos vigentes, que serão ampliados - e um novo fornecedor será contratado. A chegada da Braskem aos Estados Unidos se deu em fevereiro de 2010, com a compra dos ativos de PP da Sunoco Chemical, à época a 4ª maior produtora da resina no país. Pouco mais de um ano depois, a

brasileira fechou a aquisição do negócio de PP da Dow Chemical, contemplando duas unidades fabris nos Estados Unidos e outras duas na Alemanha.

No fim de março, a companhia inaugurou a linha dedicada à produção de polietileno de ultra-alto peso molecular no complexo de La Porte. Com a operação, a petroquímica brasileira se consolidou entre as maiores fornecedoras do mundo desse tipo de polietileno. A produção teve início em janeiro e, além do mercado americano, serão atendidos clientes na Europa e na Ásia.

O polietileno de ultra-alto peso molecular concorre com metais e polímeros de engenharia em aplicações sofisticadas, que exigem elevada resistência associada a baixo peso e baixo coeficiente de atrito, entre outras características.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Vale trabalha para garantir a unificação de suas ações

A Vale e seus investidores estão em contagem regressiva para a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do dia 27 deste mês, considerada como uma das mais importantes reuniões de acionistas da empresa desde sua privatização, em 1997. A expectativa é de que a AGE tenha quórum recorde e há otimismo que será possível garantir a maioria do apoio dos acionistas para aprovar os itens da pauta: conversão de ações preferenciais em ordinárias, mudança do estatuto social da companhia e incorporação da Valepar, a holding que controla a mineradora, na Vale.

A presença de investidores na AGE deve superar marcas históricas, disseram fontes. Em recente relatório, o Credit Suisse mostrou que a última Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Vale, em abril, registrou quórum de 71% dos acionistas, o maior dos últimos dez anos. A previsão é que a presença de investidores na AGE seja igual ou maior do que foi em abril.

A Vale vai precisar do apoio de 50% mais um voto dos acionistas (ordinaristas e preferencialistas) para aprovar a pauta, cujos temas são interdependentes entre si. A holding Valepar e a BNDESPar, braço de participações do BNDES, vão se abster de votar na AGE, com exceção do item que trata da mudança no estatuto. No total, a Vale tem 255 mil acionistas e um capital social de 5,1 bilhões de ações, excluídas papéis em tesouraria.

Se a maioria for assegurada na assembleia, abre-se uma segunda etapa na operação. Haverá prazo de 45 dias, até a semana de 11 de agosto, para que os acionistas preferencialistas decidam se trocam seus papéis por ações ordinárias

da mineradora. A Valepar fixou um "piso" de 54,09% de adesão dos preferencialistas à operação. Significa que, se a adesão for menor, a operação não irá adiante. O percentual foi definido considerando conta segundo a qual os controladores, atingido o "piso", passam a deter menos de 50% da empresa.

Se houver conversão de 100% das PNs, os atuais controladores reunidos na Valepar (Bradesco, BNDESPar, Mitsui e fundos de pensão estatal liderados pela Previ, além do Electron, um fundo do Opportunity) passam a deter 41% da Vale. Ficam obrigados ainda a manter 20% desse total por três anos sendo liberados depois desse período a vender tudo. É sabido que parte dos controladores, sobretudo os fundos de pensão, quer dar liquidez à suas ações na Vale.

Em cenário de aprovação das propostas na AGE e de obtenção do "piso" na conversão de ações, a etapa seguinte, ainda em agosto, deve ser a incorporação da Valepar na Vale pela qual os controladores vão receber um prêmio de 10%, estimado pelo mercado em cerca de R\$ 4,5 bilhões. Para migrar para o Novo Mercado da B3 (ex-BM&F Bovespa), a Vale precisa garantir a adesão de 100% dos preferencialistas. Mas isso não deve ser obtido a curto prazo e a empresa fixou um período de três anos, até 2020, para uma possível migração.

Apesar do otimismo, existem riscos para operação. Um deles é qual será adesão de investidores de varejo (pessoas físicas). A Vale não informa qual é o percentual do capital da empresa em mãos de investidores de varejo, mas o Credit Suisse estimou no relatório que essas pessoas físicas, no Brasil, possuem 15,91% das ações preferenciais da mineradora. Os chamados fundos passivos, geridos por bancos, também terão papel relevante. A Vale vai fazer campanha institucional na internet para informar aos investidores de varejo das vantagens da operação. A ISS, instituição que faz recomendação de voto, sugeriu voto favorável a investidores na AGE, fator que aumentou a confiança da Vale na operação.

Mas há outra preocupação, esta relacionada à posição da Capital Group, principal dono de ações preferenciais da Vale, com cerca de 20% dessa classe de papéis. Desde que a Vale anunciou a transação, em fevereiro - a qual foi antecipada pelo Valor -, a Capital manifestou preocupações sobre a taxa de conversão entre ações preferenciais e ordinárias, que embute deságio de 6% aos donos de PNs. Alguns fundos da Capital manifestaram que devem votar contra o primeiro item da pauta, a conversão voluntária de ações preferenciais em ordinárias na relação de 0,9342 PN por uma ON. A Capital participa no capital da Vale por meio de três grandes grupos de fundos: Capital Research, Capital International e Capital World. A Capital não respondeu e-mail.

Na avaliação de fontes, o voto contrário de parte da Capital poderia servir para marcar posição pois, posteriormente, dentro da janela de 45 dias que será aberta depois da AGE para a conversão das ações, a tendência é de que esses fundos

contrários à conversão terminem aderindo sob o risco de ficarem com ação com pouca liquidez. Há estimativas que, uma vez encerrado o prazo de conversão, o deságio possa aumentar para 15% ou 20% dada a pouca liquidez esperada para a ação PN da Vale.

Peter Taylor, chefe de renda variável da britânica Aberdeen, disse que a gestora está "confortável" com a estrutura da transação. Ele reconheceu que existe discussão no mercado sobre a relação de troca entre ON e PN, mas afirmou que não há um número "perfeito" nem um número "científico" a partir do qual deveria se dar a relação de troca. Esse cálculo depende de uma série de fatores como direitos de governança da ação ordinária em relação à preferencial, afirmou.

Taylor considera a relação de troca na Vale "justa e razoável", e disse que a operação tem benefícios, mas precisa ser acompanhada de outras mudanças na governança da Vale, incluindo a presença de conselheiros independentes no conselho de administração da empresa. A Aberdeen tem cerca de 2% das ONs e 2% das PNs da Vale.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Minério volta a subir

Destaque

Mais um alívio no mercado à vista do minério de ferro levou a commodity a praticamente zerar as perdas de junho ontem. Os preços do produto com teor médio de 62% de ferro entregue no porto chinês de Qingdao subiram 0,7%, para US\$ 56,82 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". No mês, a queda foi reduzida para 0,4%. Esse é o sexto dia consecutivo de alta e já ajuda a matéria-prima a também encolher a desvalorização acumulada do ano, atualmente em 28%. Com o desempenho de ontem, a média do segundo trimestre vai a US\$ 63,23, 26,2% a menos do que no primeiro trimestre, mas alta de 14% em comparação anual.

Produção de cloro e soda

A produção brasileira de cloro e soda cáustica subiu até 3,1% nos quatro primeiros meses do ano, mas o desempenho positivo ainda não é indicativo de retomada no setor, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Cloro-Álcalis e Derivados (Abiclor). Conforme a entidade, essa evolução está amparada principalmente na fraca base de comparação, já que em abril do ano passado uma das fábricas passou por uma parada técnica, reduzindo a produção da indústria.

Nos quatro primeiros meses do ano, o volume produzido de cloro no país totalizou 393,421 mil toneladas, alta de 3% na comparação anual, enquanto a de soda cáustica somou 432,292 mil toneladas, com expansão de 3,1%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Paula Selmi

Título: Cemig venderá participação total na Light

Depois de muita resistência, o conselho de administração da estatal mineira Cemig aprovou ontem a venda da totalidade da sua participação na carioca Light, em mais um passo para reduzir o endividamento. A notícia deve ter recepção positiva no mercado, tanto para a Cemig quanto para a Light - que ganhará a possibilidade de ter um controlador capitalizado para fazer os investimentos necessários.

A Cemig tem, entre participação direta e indireta, cerca de 43% da companhia carioca. Embora admitisse abrir mão de uma fatia da companhia, a Cemig sempre insistiu que pretendia se manter no bloco de controle, por considerar a Light um "veículo de crescimento em distribuição de energia".

A situação financeira delicada, porém, forçou a companhia mineira a rever essa estratégia. Ao divulgar seu plano de reestruturação no início do mês, a Cemig disse prever a venda da totalidade da Light Energia, braço de geração da companhia. O segmento de distribuição, porém, seria mantido.

O problema principal para a Cemig era a opção de venda que os bancos sócios no controle da Light exerceram. A opção venceria em maio do ano passado, mas o grupo formado pelos bancos Votorantim, Banco do Brasil e Santander (o FIP Redentor) aceitou estender o prazo para novembro deste ano.

Com as participações dos bancos, o bloco de controle tem 52% da Light. Além de a Cemig não ter recursos para fazer frente à opção de venda, isso significaria a estatização da companhia carioca, o que poderia desencadear o vencimento antecipado de dívidas, além de outras complicações.

A venda da parte de geração da Light iria ajudar a resolver apenas uma parte desses problemas. A Cemig destravaria valor, e poderia utilizar parte dos recursos arrecadados para pagar as ações que pertencem aos bancos. No início do mês, o Brasil Plural calculava que a fatia dos bancos poderia custar cerca de R\$ 1,4 bilhão à estatal mineira.

A ideia da companhia era tentar um acordo com algum dos bancos do FIP Redentor. Se algum deles aceitasse permanecer no ativo, ao menos por um tempo, poderia ser evitada a estatização.

A solução desagradou o mercado, e as ações da Light chegaram a cair mais de 7% num único pregão. A decisão de venda total da participação na Light, porém, deve ser bem recebida pelo mercado, devido à perspectiva da entrada de um investidor privado na companhia carioca.

Várias empresas privadas, como Enel, Equatorial, EDP Energias do Brasil e CPFL Energia, são apontadas como potenciais compradoras da Light, sendo a italiana a preferida, por ter recursos e ter uma concessão dentro do Rio de Janeiro.

Para a Cemig, por sua vez, a venda da Light representará uma possibilidade de levantar recursos e reduzir o endividamento. Apenas neste ano, a estatal tem R\$ 4,7 bilhões em dívidas vencendo. A meta do plano de desinvestimentos era levantar de R\$ 3 bilhões a R\$ 3,5 bilhões com a venda de ativos até o fim do primeiro semestre do ano que vem.

Com isso, a companhia espera reduzir a relação entre dívida líquida e Ebitda de 5 vezes (no fim de 2016) para 2,5 vezes.

Ontem as ações da Cemig terminaram em queda. Os papéis ON fecharam a R\$ 7,59, perda de 1,04%. As PN caíram 0,67%, a R\$ 7,42. A ação ON da Light caiu 2,08%, cotada a R\$ 17,92.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Moodys vê impacto menor do risco hidrológico neste ano

O risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) deve pressionar as hidrelétricas neste ano, devido à falta de chuvas, mas o impacto negativo deve ser menor que o visto em 2014 e 2015, refletindo as medidas adotadas para mitigar o problema nos contratos de energia no mercado cativo, de acordo com relatório da agência de classificação de riscos Moody's, obtido com exclusividade pelo Valor.

As companhias expostas no mercado livre de energia devem ser as principais afetadas, por não haver ainda uma solução para mitigar o problema neste ambiente de contratação. Segundo a Moody's, Cemig, Rio Paranapanema Energia (antiga Duke Energy, comprada pela China Three Gorges) e AES Tietê são as

geradoras mais expostas à questão, por terem mais de 90% de seus contratos no mercado livre e um baixo volume de energia descontratada como proteção.

Já a CPFL Energia é a hidrelétrica menos exposta, por ter diversificação de fontes, com grande presença de eólicas, por exemplo.

Para preservar os reservatórios das hidrelétricas durante o período de seca, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) privilegia outras formas de geração de energia, fazendo com que as hidrelétricas do sistema gerem menos que a garantia física contratada.

Se o GSF médio é de 15%, por exemplo, uma hidrelétrica que tenha 100 megawatts (MW) médios de garantia física só vai gerar 85 MW médios. A usina, no entanto, ainda precisa cumprir os contratos. Se tiver vendido 95 MW médios, vai precisar comprar os 10 MW médios restantes no mercado livre, em geral pagando algo próximo do preço de liquidação das diferenças (PLD).

Quanto menos chove, mais o ONS precisa despachar termelétricas mais caras, o que aumenta o PLD. Ao mesmo tempo, o GSF sobe, pois as hidrelétricas podem gerar menos, o que agrava o problema. Em junho, o preço de energia no mercado à vista caiu, por conta de chuvas acima da média em maio. Se o período seco tiver chuvas abaixo do esperado, no entanto, o PLD pode chegar ao máximo de R\$ 533,82 por MWh, levando em conta a projeção de crescimento de 0,5% da economia da Moody's.

Segundo a Moody's, o impacto neste ano será menor que o visto no passado por causa das regras introduzidas pelo governo ao fim de 2015, que permitiram que as geradoras comprassem um "seguro" de proteção ao GSF.

"Isso vai levar uma deterioração mais lenta da sua geração de fluxo de caixa, ajudando na habilidade de alguns emissores de honrar as obrigações de curto prazo", disse a agência. Enquanto o efeito da seca ainda deve ser negativo para a qualidade de crédito das companhias, o problema não será tão grave.

Uma forma de limitar os problemas do GSF nas empresas no mercado livre pode ser por meio de arranjos contratuais que forneçam proteção para as usinas. Outra opção é a diversificação do mix de geração das companhias. "Os fluxos de caixa serão mais estáveis num cenário de risco hidrológico elevado se a companhia também tiver usinas termelétricas, que possibilitam a habilidade de se protegerem, ou parques eólicos, por conta da correlação inversa entre chuvas e aumento dos ventos", destacou a agência de classificação de riscos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Victória Mantoan**Título: WEG entra no segmento de geração solar e eólica nos Estados Unidos****Curtas**

A multinacional brasileira WEG anunciou ontem mais uma aquisição nos Estados Unidos. Dessa vez foi a compra da CG Power USA. A aquisição faz parte da sua estratégia de internacionalização do negócio de geração, transmissão e distribuição (GTD) de energia elétrica. A companhia de Santa Catarina acertou a compra de uma fabricante de transformadores para atender o mercado americano de energia renovável, notadamente os projetos de geração eólica e solar.

Por US\$ 37 milhões, a expectativa é de que o negócio seja fechado até o fim do próximo mês. Com a nova operação, o diretor financeiro da WEG, André Luis Rodrigues, destaca que a empresa passa a fornecer para um segmento onde praticamente ainda não tinha atuação nos Estados Unidos.

Além de avançar nesse mercado, o movimento traz a vantagem de colocar a brasileira como uma fabricante de transformadores nos Estados Unidos, o que a protege de uma eventual taxaço da administração Donald Trump sobre produtos importados. Hoje, os transformadores vendidos para os EUA vêm da unidade do México, mas ainda não havia permeabilidade no mercado de renováveis.

O avanço sobre novas fronteiras de tecnologia e mercado via pequenas aquisições é estratégia recorrente da WEG e, de acordo com o executivo, essa compra não encerra o ciclo de aquisições do grupo. "A WEG sempre continua olhando as oportunidades", disse Rodrigues.

Apenas no ano passado foram três aquisições, que vão do segmento de motores elétricos a GTD, no Brasil e no exterior. Com a compra da Northern Power System (NPS), anunciada em outubro de 2016, a WEG passou a ser proprietária de uma carteira de patentes, projetos e softwares para manutenção de aerogeradores. Pela primeira vez, uma área de engenharia não tem como sede o Brasil.

Além disso, adquiriu a fabricante de motores elétricos Bluffton Motor Works. As duas aquisições nos EUA. No Brasil, assumiu o controle da TGM, fabricante de equipamentos para acionamentos de geradores também com foco em energia renovável, neste caso eólica e termelétrica.

No primeiro trimestre deste ano, o mercado externo representou 54% da receita operacional líquida da WEG, um total de R\$ 1,14 bilhão. Isso inclui tanto

exportações a partir do Brasil quanto as vendas feitas a partir de unidades fabris no exterior.

O valor representa uma queda de 20% em relação ao visto no mesmo período de 2016, porque medido em reais. Em dólares, a receita da WEG lá fora ainda cresceu 0,1%. Apenas o segmento de GTD foi 27,4% da receita.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Lucas Marchesini

Título: Concorrentes tentam barrar venda da Liquigás

Um batalhão de terceiros interessados busca frustrar a estratégia da Ultragaz para viabilizar a compra da Liquigás no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O grupo é formado por empresas concorrentes - Supergasbras, Nacional Gas, Comgás e Copagaz - e a Associação de Engenheiros da Petrobras (Aepet), que também opinou sobre a operação mesmo sem estar formalmente registrada no processo.

As duas líderes do mercado de GLP - o gás de cozinha - sabem que a junção das empresas preocupa a autoridade antitruste e busca convencer o Cade que esse mercado concorre com o de gás natural, o que diminuiria sua participação no mercado total.

A Ultragaz contratou o ex-conselheiro do Cade, Carlos Ragazzo, para elaborar um parecer, no qual ele diz que há evidências de pressão competitiva entre os dois produtos no GLP envasado em 345 municípios. Já no GLP a granel, verificou-se em 17 mercados.

Todas as terceiras interessadas se posicionaram contra a tese e protocolaram pareceres afirmando o contrário no Cade. "A Ultragaz afirmou que não poderia exercer poder de mercado porque concorreria com distribuidoras estaduais de gás natural canalizado, o que é um equívoco", disse o advogado Arthur Villamil, do lado da Aepet.

"O custo de extensão de rede de um gasoduto é muito elevado e a população atendida com gás natural canalizado é menos de 1%. Não haveria rivalidade efetiva", prossegue. Na mesma linha, a Supergasbras afirma que "não há base tática, comercial ou econômica que sustente suposta substituíbilidade entre os dois produtos, tampouco eventual inclusão de GLP e GN no mesmo mercado relevante".

As concorrentes questionam a concentração excessiva no setor com o negócio. "A operação gera significativa concentração de mercado em praticamente todos os estados do Brasil", em ambos os segmentos, "podendo gerar danos irreparáveis à estrutura competitiva dos respectivos mercados e a consumidores", disse a Nacional Gas.

Segundo dados recolhidos por Villamil, a Ultragaz é a maior distribuidora, com 23%, seguida pela Liquigás, com 22%. Em terceiro lugar está a Supergasbras (20%) e em quarto a Nacional Gás (19%). A operação ainda está em análise na Superintendência Geral do Cade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Paula Selmi

Título: Curado, ex-Embraer, vai assumir grupo Ultra

O grupo Ultra, em meio a um bilionário processo de aquisições, terá novo presidente em outubro. A Ultrapar Participações anunciou, ontem à noite, a saída de Thilo Mannhardt da presidência, a qual passará a ser ocupada por Frederico Curado, ex-presidente da Embraer. Mannhardt formalizou ao conselho de administração da holding a decisão de não renovar seu contrato e permanecerá no cargo até 2 de outubro.

Segundo a Ultrapar, a transferência do cargo se dará ao fim de um "programa de transição planejado, que se estenderá ao longo de todo o terceiro [trimestre] e incluirá a participação do diretor presidente nomeado desde já no planejamento operacional para 2018". "A nomeação de Frederico Curado com três meses de antecedência e a instalação de um processo organizado de transição estão em linha com nosso histórico de planejamento cuidadoso e de boa governança. Estamos promovendo a sucessão agora, em meio a um quadro de resultados consistentes e negócios bem posicionados, para manter o Ultra em sua trilha de crescimento constante", disse em nota Paulo Cunha, presidente do conselho de administração do Ultra.

O grupo aguarda neste momento o posicionamento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre duas grandes operações: a compra da distribuidora de combustíveis Alesat e da distribuidora de GLP Liquigás. O acordo de compra da Alesat foi anunciado há um ano, por R\$ 2,17 bilhões. Já a venda da Liquigás pela Petrobras foi anunciada em novembro, por R\$ 2,8 bilhões.

Curado foi presidente da Embraer por nove anos e deixou a fabricante de aeronaves no fim de 2016. Sua nomeação representa a continuidade da filosofia de gestão e de negócios da Ultrapar, diz o aviso entregue à Comissão de Valores

Mobiliários (CVM). Em 3 de julho, Curado se juntará aos quadros de executivos. Thilo Mannhardt, que assumiu a presidência em 1º de janeiro de 2013, permanecerá vinculado à companhia até o fim de dezembro.

A Ultrapar também informou ontem, em comunicado separado, que o conselho de administração aprovou uma nova contratação, pela Ipiranga, de empréstimo e operação de swap, junto ao Citibank no valor de US\$ 100 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: GVO renegocia dívida e agora foca operação

Golpeado pela crise que marcou o segmento sucroalcooleiro na primeira metade desta década, o Grupo Virgolino de Oliveira (GVO) está prestes a colocar um ponto final na renegociação de sua dívida de US\$ 800 milhões com bondholders, que já dura mais de dois anos. A empresa conta com quatro usinas no interior do Estado de São Paulo, com capacidade conjunta para processar mais de 10 milhões de toneladas de cana por safra, e registrou receita líquida de R\$ 408,9 milhões na safra 2015/16.

De acordo com uma fonte que acompanha as negociações, o acordo que está sendo finalizado prevê a alocação de ativos não operacionais do GVO, entre os quais suas participações na trading Copersucar e no Cento de Tecnologia Canavieira (CTC), em uma nova empresa, que passará a ser controlada por esses credores. Procurado pelo **Valor**, o grupo preferiu não se pronunciar sobre o assunto.

Em linha com a estratégia definida, o GVO apresentou seu pedido de desligamento da Copersucar S.A. - na qual é a maior acionista, com participação de 11,0572% - ao término da safra 2016/17, em 31 de março, como confirmou o presidente do conselho de administração da trading, Luís Roberto Pogetti, em teleconferência com jornalistas. Em 2015, o GVO já havia se afastado da cooperativa Copersucar e começado a cuidar da comercialização de seus produtos, sem a intermediação da trading Copersucar S.A.

A distribuição das ações do GVO na Copersucar S.A. será definida pelos bondholders. Duas fontes disseram que a tendência é que as ações sejam vendidas aos atuais sócios da trading, já que o acordo de acionistas lhes dá esse direito. Com a saída do GVO, a Zilor, dona de três usinas em São Paulo, cuja fatia atualmente é de 11,0517%, será a maior sócia. Em seguida virá a Pedra Agroindustrial, que tem quatro usinas no Estado e participação de 10,0310%.

Nessa nova empresa que passará ao controle dos bondholders do GVO também serão alocados processos judiciais que preveem valores a receber e algumas propriedades rurais localizadas em áreas que foram urbanizadas. A perspectiva é que o acordo com os bondholders resulte em uma redução imediata de cerca de 70% da dívida com esses credores. O acerto prevê que o valor restante - cerca de US\$ 260 milhões - seja pago em dez anos, com três anos de carência.

As negociações tiveram início depois que a empresa deixou de pagar juros aos detentores de bonds, o que levou as agências de rating a rebaixarem sua nota de crédito para "calote". A empresa chegou a ser a maior emissora de bonds do segmento sucroalcooleiro, mas não conseguiu mais pagar os cupons diante de um ciclo de cinco anos de superávit de açúcar no mundo e do controle de preços dos combustíveis no Brasil.

A amortização imediata da maior parte da dívida foi a forma que o GVO e seus bondholders encontraram para que a empresa continue operando e gerando caixa, de forma que o restante dos débitos - com os próprios bondholders e com outros credores - também possa ser pago. O **Valor** apurou que, no total, o valor das dívidas do grupo deve cair para R\$ 1,3 bilhão. A expectativa é que, com a geração de caixa, a alavancagem (relação entre dívida líquida e Ebitda) diminua para 3,5 vezes.

O GVO já havia alongado para sete anos o prazo de pagamento de dívidas de R\$ 335 milhões com bancos - Itaú, Banco do Brasil e Credit Suisse, que liderava um empréstimo sindicalizado. Resolvido o problema com os bondholders, o próximo passo será fortalecer o desempenho operacional. Nesta safra (2017/18), a empresa deverá processar 8,6 milhões de toneladas. Mas suas quatro usinas, localizadas em Catanduva, Itapira, José Bonifácio, Monções, já chegaram a moer 11 milhões de toneladas.

As receitas também dependerão de uma política comercial bem afinada, já que os preços de açúcar e etanol estão em queda. Mas, segundo uma fonte próxima à empresa, parte da produção de açúcar esperada para esta safra já está com preços fixados acima dos atuais patamares internacionais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Copersucar lucrou R\$ 254 milhões na safra

Numa safra em que os preços estiveram favoráveis para o setor sucroalcooleiro em geral, a trading Copersucar optou por carregar estoque de açúcar e antecipar a venda de etanol, o que ampliou seu lucro líquido em 2016/17. Contudo, com a

virada das cotações do açúcar nesta temporada, a 2017/18, a empresa avalia que pode ter que promover mudanças em sua estratégia de comercialização.

Na safra 2016/17, a Copersucar multiplicou seu lucro líquido aos controladores em mais de sete vezes, para R\$ 254,4 milhões, enquanto sua receita líquida subiu 7,3%, para R\$ 28,3 bilhões. A participação do açúcar no faturamento da empresa cresceu 4 pontos percentuais para 31%, mas o maior peso continuou sendo do etanol, que respondeu por 65% da receita.

Os prêmios do açúcar branco no mercado interno, que bateram recorde, e a forte volatilidade das cotações no mercado internacional contribuíram para o bom desempenho da divisão de açúcar. Isso permitiu à Alvean, joint venture que a Copersucar tem com a Cargill, registrar lucro líquido após ficar no zero a zero em 2015/16.

Paulo Roberto Souza, presidente da Copersucar, afirmou em teleconferência com jornalistas que a companhia se beneficiou da diferença de valores dos contratos futuros que favoreciam o carregamento do açúcar em seus estoques, que têm 3 milhões de tonelada de capacidade.

Nesta temporada, se o superávit de açúcar na safra internacional - que começa em outubro - for confirmado, a Copersucar deve mudar sua estratégia de comercialização, afirmou o executivo. "No ano passado, o cashing care [carregamento] foi uma boa estratégia. Neste ano, o mercado não está mostrando isso. A não ser que mude, a Alvean não deve carregar açúcar como no ano passado", indicou.

Para o etanol, a estratégia ainda vai depender do comportamento do mercado. Na safra 2016/17, o carregamento de estoques de etanol perdeu espaço na estratégia da trading. "Prevíamos um mercado mais frouxo na entressafra e antecipamos venda", afirmou Souza.

A maior parte do resultado com o biocombustível derivou do que o executivo chama de "operações estruturadas", que inclui acordos para a entrega do biocombustível na base das distribuidoras e o comércio internacional do produto. Dos 4,2 bilhões de litros de etanol que a Copersucar negociou de suas usinas associadas, 500 milhões de litros foram para exportação.

A trading também importou 400 milhões de litros de etanol na temporada, "prioritariamente para o Nordeste", diante da abertura de janelas favoráveis para as operações, afirmou Souza.

Segundo Luis Roberto Pogetti, presidente do conselho de administração da Copersucar, a eventual aposta em carregamento de etanol dependerá da trajetória dos preços e, portanto, da reação da demanda. "Se houver reação

esperada, o consumo do etanol hidratado deve superar 1,2 bilhão de litros por mês. Se isso se confirmar, para levar o álcool para a entressafra precisa ter uma margem acima do custo financeiro", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Chrystiane Silva e Denyse Godoy

Título: Ibovespa fecha estável com Petrobras e reforma

A expectativa dos investidores em relação ao futuro da reforma trabalhista reduziu os negócios ontem no mercado de ações. Se a trabalhista for aprovada, aumentam as chances de a reforma da Previdência, que é considerada mais complexa, também passar pelos parlamentares. As reformas são consideradas essenciais para o ajuste fiscal.

Em meio à incerteza, o Ibovespa oscilou pouco durante todo o pregão. O índice fechou praticamente estável, com leve queda de 0,01% aos 60.762 pontos e giro financeiro de R\$ 5,5 bilhões, abaixo da média diária do ano, que é de R\$ 6,3 bilhões. "O mercado está à espera de novas sinalizações sobre as reformas para definir estratégias de longo prazo. As transações têm ficado restritas ao giro diário", diz Leandro Martins, analista da corretora Nova Futura.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) leu o relatório favorável à constitucionalidade da reforma trabalhista na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Ficou acertado que a reforma será votada na próxima quarta-feira na CCJ e depois segue para o plenário.

As duas principais ações do Ibovespa - Vale e Petrobras - tiveram desempenhos opostos e, com o peso que têm na composição do índice, de 16,80%, impediram que o Ibovespa engatasse um movimento de alta ou de baixa. Os papéis PNA da Vale ganharam 3,49% e as ações ordinárias subiram 2,96%.

Já as ações da Petrobras fecharam em queda, seguindo a desvalorização do preço do petróleo no mercado internacional. As ações ordinárias da petroleira recuaram 1,77% e os papéis preferenciais tiveram queda de 1,85%. O volume de negócios com os papéis das duas empresas foi semelhante. As ações PNA da Vale movimentaram R\$ 743,48 milhões e os papéis preferenciais da Petrobras giraram R\$ 692,54 milhões.

De acordo com Martins, as ações das duas companhias perderam recentemente níveis importantes de suporte (R\$ 140 no caso de Petrobras e R\$ 25 no caso de Vale). "Há quase um ano as ações da Petrobras não perdiam o suporte dos R\$ 14 e a Vale não ficava abaixo de R\$ 25 desde janeiro", diz Martins. Segundo ele, a

continuidade de queda desses papéis pode dar início a um movimento de ordens de "stop loss", de encerramento de posições para evitar mais perdas, considerando também que o preço das commodities está em queda no mercado internacional.

A ação com a maior baixa no pregão de ontem foi da Estácio, que recuou 7,28%, em meio à possibilidade do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) reprovar a compra do grupo pela Kroton. As ações da Kroton caíram 3,54%. Já as ações da JBS tiveram a maior alta do dia, com ganho de 5,32%. O Supremo Tribunal Federal (STF) discute a validade do acordo de delação premiada dos controladores da empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: NY recua com petróleo

O petróleo voltou a operar em queda na tarde de ontem e afetou as bolsas de valores. O setor de energia liderou as perdas no S&P 500, que fechou em baixa de 0,06%. O índice Dow Jones caiu 0,27%. Já o setor de tecnologia, por sua vez, se recuperou depois de fortes perdas nas últimas sessões, dando sustentação ao Nasdaq, que ganhou 0,74%.

Os preços do petróleo subiram logo após a divulgação de dados de estoque nos EUA, que apontaram uma queda maior do que o esperado. Mas o petróleo acabou devolvendo os ganhos pouco depois, com os dados se mostrando insuficientes para acalmar os receios dos investidores em relação ao excesso de oferta da commodity. Os contratos do WTI para agosto recuaram 2,2%, a US\$ 42,53 o barril, na Nymex, em Nova York, enquanto o Brent fechou em baixa de 2,6%, a US\$ 44,82 o barril, na ICE londrina.

Na Europa, as bolsas também fecharam em baixa pressionadas pelos preços do petróleo. O índice pan-europeu Stoxx Europe 600 recuou 0,18%, a 388,50 pontos. O FTSE 100, referência da bolsa de Londres, fechou em baixa de 0,33%. **(Com agências internacionais)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Thiago Resende | Oslo

Título: Crise política não afeta investimentos no Brasil, afirma executivo da Statoil

A crise política enfrentada pelo presidente Michel Temer não alterou os planos da estatal norueguesa Statoil de investir no Brasil e buscar ampliar a atuação no país, principalmente por causa das alterações legais recentemente promovidas pelo governo. Na avaliação da companhia, essas mudanças deveriam continuar, por exemplo, com a prorrogação do Repetro, programa que reduz custos para o setor e estimula investimentos.

Às vésperas de ser denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), Temer desembarca hoje em Oslo, numa visita diplomática e em busca de capital externo especialmente para projetos de infraestrutura.

"Atuamos em diversos países. Estamos acostumados com as mudanças de governo. O que estamos buscando é um marco regulatório consistente e com previsibilidade. O que vimos recentemente é que houve mudanças legais, na parte de conteúdo local, de regras de unitização. Houve uma série de alterações positivas apesar de ainda ter algumas questões que precisam ser resolvidas", disse ao **Valor** o presidente da Statoil no Brasil, Anders Opedal, que ocupa o cargo desde janeiro deste ano e está, em Oslo, durante a visita de Temer.

A Statoil, que adquiriu a participação da Petrobras num bloco da parte sul de Carcará, no pré-sal, no ano passado, quer agora se tornar a operadora de toda a área, que fica na Bacia de Santos e é uma das maiores descobertas do mundo. Outro leilão - da fatia norte de Carcará - está previsto para outubro e na mira da estatal norueguesa.

"Nós gostaríamos de ser o operador de todo o Carcará. Essa é a nossa ambição", afirmou Opedal. A previsão é que a Statoil perfure ainda este ano um poço de exploração em Guanxuma - um outro prospecto no BM-S-8, bloco da área de Carcará adquirido após a venda feita pela Petrobras. Em 2018, a norueguesa deverá realizar testes de fluxos em Carcará.

O time responsável pela análise de prospecção e exploração da Statoil ainda está estudando quais as outras licitações em que a empresa deve concorrer. O executivo lembrou que isso pode ser decidido até setembro ou outubro, com base no cronograma de rodadas anunciadas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), que incluem tanto áreas do pré-sal e fora dele também.

"A Statoil é um grande player no Brasil e vamos continuar lá por um longo prazo. (...) Normalmente não comentamos a situação política dos países. O mais importante é que o governo, qualquer que seja ele, trabalhe com um marco

regulatório com previsibilidade", se limitou a comentar Opedal sobre as denúncias contra Temer envolvendo suposta corrupção e obstrução de Justiça.

Uma das demandas do setor é que o governo confirme a prorrogação do Repetro, cujos benefícios estão previstos somente até 2019. Em novembro do ano passado, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, prometeu que o regime aduaneiro especial seria prolongado por 20 anos, mas a medida ainda não foi anunciada.

"Isso é sobre ter previsibilidade para novos investimentos", ressaltou o executivo, lembrando que projetos como Carcará e o bloco BM-C-33, na Bacia de Campos, são de longo prazo - algo próximo de 30 anos.

MME / ASCOM .